



PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E O ESVAZIAMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA: APONTAMENTOS SOBRE O PARANÁ (2019-2024)

Platformization of education and the emptying of the social function of the school: notes on Paraná (2019-2024)

Plataformización de la educación y el vaciamiento de la función social de la escuela: apuntes sobre Paraná (2019-2024)

Kerlyn Tatiana Schulz Niesvald¹, João Carlos da Silva²

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel, Brasil

RESUMO

Este artigo analisa a plataformação da educação como expressão da racionalidade neoliberal e do capitalismo digital, atuando como dispositivo de governança que reconfigura a escola pública. Tem como objetivo examinar o avanço da plataformação na educação básica pública do Paraná, no período de 2019 a 2024. No campo empírico, o estudo concentrou-se no portal Escola Digital Paraná (SEED-PR), que reúne iniciativas internas da rede estadual e integra plataformas de origem privada. A pesquisa, de caráter qualitativo, fundamenta-se na pedagogia histórico-crítica e centra-se na produção bibliográfica e documental, compreendidas como instrumentos de reorganização pedagógica e de legitimação das parcerias público-privadas. No cenário educacional, estabelecem-se exigências de planejamento e racionalização desencadeadas pela pedagogia oficial, que incluíam o preenchimento de formulários e a operacionalização de objetivos educacionais. Também foram consideradas produções da APP-Sindicato, que denunciam os impactos da plataformação sobre a autonomia docente e a função social da escola. Os resultados indicam que a incorporação massiva de plataformas, intensificada pela pandemia de COVID-19, consolidou um modelo de gestão educacional orientado por métricas e lógicas empresariais. Conclui-se que a plataformação da educação não é neutra nem inevitável, mas resultado de escolhas políticas e econômicas que expressam disputas hegemônicas, colocando em risco a escola pública como bem comum e espaço de emancipação social.

Palavras-chave: Escola pública; Plataformação da educação; Neoliberalismo; Qualidade da educação; Autonomia docente.

ABSTRACT

This article analyzes the platformization of education as an expression of neoliberal rationality and digital capitalism, acting as a governance device that reconfigures public schools. Its objective is to examine the advance of platformization in public education in Paraná between 2019 and 2024. In the empirical field, the study focused on the *Escola Digital Paraná* portal (SEED-PR), which brings together internal initiatives of the state network and integrates privately developed platforms. The research, of qualitative nature, is based on

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGE/UNIOESTE). Mestre em Educação pela Unioeste. Professora da rede municipal de Nova Santa Rosa (PR). Integrante do grupo de pesquisa HISTEDOPR – História, Sociedade e Educação no Brasil (GT Região Oeste do Paraná). Bolsista CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3339-4125>. E-mail: kerlyntsn@hotmail.com.

² Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação/UNICAMP. Pós-Doutorado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB. Atualmente é professor no Colegiado de pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Cascavel. É membro fundador do Grupo de pesquisa HISTEDOPR- História, sociedade e educação no Brasil - GT Oeste do Paraná, Cascavel. Atua na área de Educação, com ênfase em História da Educação, nos temas: questões teórico-metodológicas da história da educação e história da escola pública. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9322-8754>. E-mail: joao.silva@unoeste.br.

historical-critical pedagogy and focuses on bibliographic and documentary production, understood as instruments of pedagogical reorganization and legitimation of public-private partnerships. In the educational scenario, requirements of planning and rationalization are established, triggered by official pedagogy, which included the completion of forms and the operationalization of educational objectives. Productions of APP-Sindicato were also considered, denouncing the impacts of platformization on teaching autonomy and the social role of schools. The results indicate that the massive incorporation of platforms, intensified by the COVID-19 pandemic, consolidated an educational management model oriented by business logics and metrics. It is concluded that the platformization of education is neither neutral nor inevitable, but the result of political and economic choices that express hegemonic disputes, putting public schools at risk as a common good and a space for social emancipation.

Keywords: Public school; Platformization of education; Neoliberalism; Quality of education; Teaching autonomy.

RESUMEN

Este artículo analiza la plataformización de la educación como expresión de la racionalidad neoliberal y del capitalismo digital, que actúa como un dispositivo de gobernanza que reconfigura la escuela pública. Su objetivo es examinar el avance de la plataformización en la educación pública de Paraná entre 2019 y 2024. En el campo empírico, el estudio se centró en el portal *Escola Digital Paraná* (SEED-PR), que reúne iniciativas internas de la red estatal e integra plataformas de origen privado. La investigación, de carácter cualitativo, se fundamenta en la pedagogía histórico-crítica y se centra en la producción bibliográfica y documental, comprendida como instrumento de reorganización pedagógica y de legitimación de las asociaciones público-privadas. En el escenario educativo se establecen exigencias de planificación y racionalización desencadenadas por la pedagogía oficial, que incluyen el llenado de formularios y la operacionalización de objetivos educativos. También se consideraron producciones de la APP-Sindicato, que denuncian los impactos de la plataformización sobre la autonomía docente y la función social de la escuela. Los resultados indican que la incorporación masiva de plataformas, intensificada por la pandemia de COVID-19, consolidó un modelo de gestión educativa orientado por lógicas empresariales y métricas. Se concluye que la plataformización de la educación no es neutra ni inevitable, sino resultado de decisiones políticas y económicas que expresan disputas hegemónicas, poniendo en riesgo la escuela pública como bien común y espacio de emancipación social.

Palabras clave: Escuela pública; Plataformización de la educación; Neoliberalismo; Calidad de la educación; Autonomía docente.

INTRODUÇÃO

A plataformização da educação básica configura-se como um dos fenômenos do cenário educacional contemporâneo, inserindo-se em um contexto de transformações políticas, econômicas e culturais decorrentes da reestruturação produtiva neoliberal e da hegemonia do capitalismo digital. Trata-se de um processo que extrapola a dimensão meramente técnica ou pedagógica, articulando-se a dinâmicas globais de financeirização, concentração de poder e controle algorítmico, cujas implicações atingem diretamente a função social da escola pública.

Nessa perspectiva, discutir a relação entre educação e tecnologia consiste em reconhecer a sua natureza política, portanto, envolve refletir sobre questões de controle, conflito e resistência que se inserem no âmbito do poder nas suas mais diversas esferas. Para Selwyn (2017, p. 89), “[...] qualquer relato de uso da tecnologia na educação precisa ser estruturado em termos específicos de conflito social em torno da distribuição de poder.”

Grosso modo, o debate sobre a plataformização pode ser identificado em três movimentos principais, a saber: a apologia, que a celebra como solução para os desafios educacionais; a negação, que

minimiza ou ignora seus impactos estruturais; e a compreensão crítica, que busca interpretar o processo em suas múltiplas determinações históricas, sociais e ideológicas. É nessa terceira perspectiva que este trabalho se insere, adotando uma abordagem que procura desvelar as mediações entre o avanço das plataformas digitais e os processos mais amplos de reorganização do capital, com vistas a compreender seus efeitos na qualidade da educação pública e na reconfiguração da escola como espaço de formação humanizadora e crítica.

A educação é essencialmente social e política, com potencial para intensificar e ampliar, ou limitar e restringir, as possibilidades de compreensão da realidade e de atuação sobre ela. Afirmar que a educação é um ato político significa reconhecer que ela não está dissociada das características de uma sociedade dividida em classes, cujos interesses são antagônicos. Assim, a educação serve a interesses de uma ou de outra das classes fundamentais (Saviani, 2013b).

A literatura crítica tem demonstrado que essa inovação digital não é apenas uma modernização tecnológica aplicada ao campo pedagógico, mas uma manifestação concreta de um modelo econômico-político que vem se consolidando desde as últimas décadas do século XX. Dardot e Laval (2016) destacam que o neoliberalismo deve ser compreendido como uma racionalidade, isto é, como um princípio organizador que se estende para além da esfera econômica, estruturando tanto a ação governamental quanto a conduta dos sujeitos.

Ao generalizar a concorrência como norma de vida e a empresa como modelo de subjetivação, o neoliberalismo redefine os sentidos da escola, subordinando-a à lógica mercantil e enfraquecendo sua função social como espaço de formação crítica. Brown (2019) analisa como a expansão dessa racionalidade promove processos de desdemocratização, ao deslocar a política da arena pública para os mecanismos de mercado e gestão, enfraquecendo a capacidade das instituições, como a escola, de operar como espaços de deliberação coletiva e emancipação.

Esse cenário se articula com o diagnóstico de Srnicek (2018, p. 48, tradução nossa), que identifica no capitalismo de plataformas a forma mais recente de atualização do capital:

As plataformas são infraestruturas digitais que permitem a interação entre dois ou mais grupos. Elas ocupam uma posição de intermediação, o que lhes possibilita extrair, analisar e controlar grandes quantidades de dados. Ao fazê-lo, não apenas coordenam as interações, mas também se tornam proprietárias da infraestrutura digital fundamental da sociedade contemporânea.

Para o autor, as plataformas digitais constituem um modelo de negócios centrado na extração de dados, na intermediação algorítmica e na capacidade de estruturar mercados e relações sociais em escala global. Quando transpostas para o campo educacional, essas plataformas não apenas oferecem serviços técnicos, mas passam a condicionar o currículo, a avaliação e a gestão escolar à lógica performativa e mercantil. A plataformização da educação deve ser compreendida como parte de um projeto político que, ao se legitimar pelo discurso da inovação e da eficiência, redefine práticas pedagógicas e limita horizontes críticos.

A racionalidade neoliberal que sustenta esse modelo educacional encontra ainda sua base na financeirização da economia. Fattorelli (2013) mostra como ela emerge como resposta à crise estrutural da década de 1970, consolidando-se como modelo de acumulação baseado na expansão da dívida pública e na valorização do capital fictício. Dowbor (2020) reforça que, na atual sociedade do conhecimento, o poder econômico é exercido de forma crescente por aqueles que controlam os fluxos de informação, as plataformas digitais e a inovação tecnológica.

Esse movimento transforma a educação, especialmente a educação básica, que concentra cerca de 80% das matrículas do país, em um nicho de mercado altamente lucrativo, apropriando-se do fundo público e subordinando os currículos a interesses corporativos. O avanço desse processo sobre o espaço privilegiado de formação não pode ser reduzido a uma questão técnica, mas deve ser compreendida como parte de uma reestruturação do capitalismo contemporâneo, na qual o digital e o financeiro convergem para redefinir o papel da escola pública.

No Brasil, esse cenário adquire contornos específicos, dada a histórica fragilidade das políticas públicas de valorização do trabalho docente e de garantia de infraestrutura escolar adequada. Desde os anos 1990, observa-se a intensificação das parcerias público-privadas na educação brasileira, justificadas por narrativas de modernização, de inclusão digital e de busca por melhores resultados em avaliações externas, legitimando a crescente presença de corporações privadas no espaço da escola pública (Freitas, 2018).

Esse quadro foi intensificado a partir de 2020, quando a pandemia de COVID-19 impôs a suspensão das aulas presenciais e criou um contexto propício para a adoção emergencial de plataformas digitais. Nesse período, a utilização dessas ferramentas passou a ser apresentada como uma necessidade incontornável para garantir a continuidade das atividades escolares, ainda que, na prática, tal processo também tenha servido para consolidar parcerias público-privadas e aprofundar a dependência tecnológica das redes de ensino. Somaram-se a esse movimento as exigências de planejamento e racionalização impostas pela pedagogia oficial, que se materializam no preenchimento de formulários e na operacionalização de objetivos educacionais.

No caso do Paraná, foco deste estudo, a plataformização da educação pública, especialmente na educação básica, tem se acelerado de forma expressiva, tornando-se um laboratório de políticas que articulam a lógica empresarial às dinâmicas de gestão escolar. A inserção massiva de plataformas digitais, integradas ao portal Escola Digital da Secretaria de Estado da Educação (Paraná, [2025]), expressa um movimento que vai além da adoção de novas ferramentas, envolvendo reconfigurações profundas na forma de organizar o trabalho pedagógico, gerir a rede escolar e conceber a qualidade educacional.

Apreender esse fenômeno demanda, portanto, uma abordagem que conecte o plano local ao contexto global, analisando como as transformações estruturais do capitalismo digital se materializam nas políticas educacionais do Paraná. Ao situar a plataformização no interior de uma racionalidade neoliberal e meritocrática, este trabalho busca contribuir para o debate crítico sobre seus efeitos na formação de

sujeitos históricos e conscientes, contrapondo-se às narrativas que naturalizam sua inevitabilidade e a apresentam como panaceia para os desafios da educação pública.

O presente artigo tem como objetivo analisar o avanço da plataformização na educação pública do Paraná, no período de 2019 a 2024, no âmbito da educação básica, com ênfase em suas implicações para a qualidade da educação e para os modos pelos quais a escola pública vem sendo reorganizada, por meio dessa maquinaria digital, para atender aos imperativos de uma educação orientada pela lógica empresarial. No campo empírico, a investigação concentrou-se no portal Escola Digital Paraná, repositório oficial da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Paraná, [2025]), que reúne tanto iniciativas internas da rede estadual — como Desafio Paraná, Leia Paraná e Redação Paraná — quanto plataformas estruturantes de origem privada, a exemplo de *Google for Education*, *Matific* e *Khan Academy*.

O presente artigo trata de um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). A investigação busca compreender de que maneira a incorporação de plataformas digitais pela rede estadual de ensino afeta a concepção de qualidade da educação pública e aponta para transformações na escola enquanto espaço de formação crítica e emancipadora.

Enfrentar os desafios impostos pelo plataformismo é essencial para resgatar a educação como direito e como instrumento de emancipação social. A preocupação, portanto, não se refere apenas ao que a tecnologia poderá fazer na educação, mas também aos prejuízos que ela pode causar ao que a escola pública historicamente construiu como prática formativa, vínculo pedagógico e dimensão crítica voltada à formação humana. A reconfiguração da escola coloca em risco o seu papel enquanto instituição essencial, responsável pela transmissão dos conhecimentos científicos produzidos e acumulados pela humanidade. Por corolário, traz prejuízos à sua função social de formação cidadã, socialização democrática e promoção da justiça social.

PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: PARA ALÉM DA TÉCNICA, UM PROJETO POLÍTICO-IDEOLÓGICO

Freire (1984), ao refletir sobre a relação entre tecnologia e sociedade, advertia que a questão central não é a existência da máquina em si, mas “a serviço de quem” ela se coloca. A pergunta, de natureza essencialmente política, desloca a discussão da técnica para os interesses que a orientam e para os efeitos sociais que dela decorrem. Esse ponto de partida é crucial para compreender o avanço das plataformas digitais no campo educacional. Mais do que instrumentos pedagógicos ou recursos de apoio, tais tecnologias carregam consigo racionalidades, modos de gestão e finalidades que extrapolam o espaço escolar e se vinculam a dinâmicas estruturais do capitalismo contemporâneo.

No contexto atual, em que as plataformas digitais permeiam praticamente todas as dimensões da vida social, sua presença nas escolas tende a ser naturalizada como algo necessário e inevitável. Essa difusão reforça a percepção de que a escola não poderia se manter à margem da digitalização, como se estivesse condenada a reproduzir os mesmos processos que organizam outras esferas da sociedade.

Contudo, tomar esse movimento como dado técnico é obscurecer o caráter político de sua inserção, pois o que está em jogo não é simplesmente modernizar metodologias ou expandir o acesso à informação, mas redefinir a função social da escola pública sob parâmetros do mercado.

Cesarino (2022) oferece importantes contribuições para esse debate ao analisar de modo articulado o funcionamento técnico das plataformas e suas implicações políticas. Sua investigação demonstra que a plataformismo constitui-se como engrenagem central do ideário ultraliberal, operando pela produção de subjetividades alinhadas à lógica da eficiência, da individualização e da competição permanente. Ao detalhar os mecanismos algorítmicos que organizam os ambientes digitais, a autora mostra que não se trata de meros mediadores neutros, mas de artefatos sociotécnicos profundamente associados a dinâmicas de vigilância, performatividade e controle.

As plataformas recebem esse nome em função de sua arquitetura: à semelhança dos trilhos de um trem que dão a base para o funcionamento do sistema ferroviário, elas capturam dados, possibilitam sua circulação entre aplicativos de uma mesma empresa e os convertem em mercadoria negociável com outras corporações. Suas interfaces são cuidadosamente desenhadas para criar no usuário a sensação de controle, “eu sigo, eu bloqueio, eu escolho o que acessar”, quando, na realidade, o verdadeiro poder é exercido pelos algoritmos. O indivíduo não é o agente central, mas o ambiente de exploração que alimenta a chamada economia da atenção. Essa perspectiva ajuda a compreender por que a expansão das plataformas nas escolas não pode ser dissociada das transformações mais amplas da economia e da política contemporânea.

Na mesma direção, Brown (2019) alerta que o neoliberalismo, ao articular-se com as tecnologias digitais, desloca a deliberação política para o cálculo algorítmico. Processos antes mediados pelo debate público e pela negociação social passam a ser traduzidos em métricas, *rankings* e indicadores. Han (2022) reforça esse diagnóstico ao evidenciar como o imperativo da performance e a hipertransparência digital criam condições para uma autoexploração permanente: sujeitos conformados à necessidade de produzir resultados mensuráveis, em constante vigilância de si e dos outros. No campo educacional, esses mecanismos se materializam em sistemas que monitoram trajetórias de aprendizagem, classificam estudantes e avaliam docentes a partir de dados, redefinindo o trabalho pedagógico a partir de parâmetros externos e mercantis.

Zuboff (2021), ao nomear esse processo de “capitalismo de vigilância”, aprofunda a crítica ao mostrar como as plataformas capturam o chamado “excedente comportamental” — dados produzidos pelos usuários para além do uso imediato da ferramenta — e os transformam em mercadoria:

O capitalismo de vigilância reivindica unilateralmente a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais. Embora alguns desses dados sejam aplicados a melhorias de produtos e serviços, o restante é considerado como excedente comportamental, alimentando processos de inteligência de máquina e servindo de insumo para a produção de produtos de previsão que antecipam o que você fará agora, em breve e mais tarde. Finalmente, esses produtos de previsão são negociados em um novo tipo de mercado para futuros comportamentais (Zuboff, 2021, p. 22).

Em face deste quadro, a atividade escolar deixa de ser apenas um espaço de transmissão e produção de conhecimento para se tornar, também, um campo de coleta de dados de alunos e professores, reorganizados em função de interesses corporativos. A monetização desses dados evidencia que o valor produzido nas escolas não permanece no campo educativo, mas é apropriado por empresas privadas, consolidando novas formas de controle social.

Morozov (2018), por sua vez, acrescenta a esse debate a crítica ao “solucionismo tecnológico”, isto é, à crença de que problemas complexos poderiam ser resolvidos por meio da aplicação de soluções digitais supostamente neutras e eficientes. Essa visão, aplicada à educação, desloca a atenção das questões estruturais — como a desigualdade social, a precarização do trabalho docente e o subfinanciamento crônico da escola pública — para uma narrativa de inovação inevitável. Sob o solucionismo, a crítica política é substituída pelo discurso de modernização, e a dependência tecnológica é legitimada como condição para a qualidade educacional. Assim, a tecnologia é apresentada como panaceia, ocultando as contradições sociais que atravessam a escola e seu entorno.

Essas análises convergem para a necessidade de compreender a plataformização não como movimento espontâneo ou inevitável, mas como parte de um projeto político neoliberal que reposiciona o Estado, desresponsabilizando-o quanto à oferta e a gestão da educação pública. Ao transferir funções essenciais da escola para corporações privadas, esse projeto esvazia sua dimensão crítica e consolida um modelo de ensino funcional à acumulação capitalista. Trata-se de um movimento que redefine o currículo, a avaliação e a organização pedagógica segundo parâmetros de mercado, limitando os horizontes de emancipação.

Inserir essa lógica no cerne da formação escolar potencializa seus efeitos nocivos sobre a cidadania. Historicamente, a escola pública foi concebida como espaço de socialização do conhecimento científico, filosófico e artístico, possibilitando que os estudantes compreendessem criticamente a sociedade em que vivem e, a partir daí, pudessem agir sobre ela. Quando atravessada pela racionalidade ultraliberal e pela mediação algorítmica, essa função é progressivamente corroída. O currículo é reduzido a competências instrumentais, a avaliação é convertida em métrica de desempenho e o espaço pedagógico passa a ser estruturado por indicadores quantitativos. Em vez de formar sujeitos críticos e historicamente conscientes, a escola passa a produzir indivíduos adaptados às exigências do mercado, reforçando a passividade social.

Os prejuízos dessa transformação não se limitam ao campo pedagógico, mas atingem diretamente a esfera democrática. Ao retirar da educação sua função de fomentar a consciência crítica, a plataformização fragiliza a formação cidadã e restringe as possibilidades de participação política. Se a escola pública perde seu lastro humanizador, perde também sua capacidade de formar cidadãos capazes de intervir sobre a realidade e disputar projetos de sociedade. Nesse sentido, o debate sobre plataformas educacionais não se refere apenas à escolha de ferramentas, mas ao próprio destino da educação como direito universal e bem comum.

Portanto, compreender a plataformização como projeto político implica reconhecer que ela reorganiza não apenas os métodos de ensino, mas a própria finalidade da escola pública. A penetração das plataformas no espaço escolar não deve ser vista como um avanço técnico inevitável, mas como uma escolha política e ideológica que redefine a educação a partir de lógicas externas ao seu projeto emancipador. Ao capturar o espaço de formação, esse processo contribui para conformar subjetividades sociais alinhadas ao neoliberalismo, enfraquecendo a possibilidade de construção de uma cidadania crítica e ativa.

Como se sabe, Dermeval Saviani, principal formulador da pedagogia histórico-crítica, enfatiza o papel crucial do professor como mediador entre o conhecimento sistematizado e o aluno e a escola como instância privilegiada de valorização e disseminação do saber científico. Para Saviani (2013a), a escola tem a função específica de socializar o saber sistematizado, e essa tarefa não pode prescindir da mediação do educador, que domina tanto o conteúdo quanto os processos pedagógicos tão necessários para sua transmissão-assimilação crítica.

A prática social, ponto de partida e chegada do processo educativo na perspectiva histórico-crítica, requer uma compreensão dialética da realidade que transcende a mera informação ou instrução técnica. Neste prisma, o professor não é apenas um transmissor de conhecimentos, mas um intelectual orgânico que articula teoria e prática, conhecimento científico e saberes populares, em um movimento dialético que nenhum algoritmo pode reproduzir em sua complexidade.

No ambiente plataformizado, em que o aluno dispõe de ferramentas individualizadas para se apropriar do conhecimento, a narrativa apologética pela plataformização defende que lhe é proporcionado um espaço de liberdade para desenvolver-se de acordo com seus interesses e capacidades, sem as limitações decorrentes pela coletividade da sala de aula, pela localização geográfica ou pelo contexto sociocultural. Todos esses argumentos, tomados como positivos, potencializam-se em um cenário de descrédito em relação à qualidade da educação pública no país, que supostamente, teria como origem primordial os aspectos pedagógicos das práticas educacionais.

Financeirização e privatização

A financeirização é uma das marcas centrais do capitalismo contemporâneo, atravessando não apenas a esfera econômica, mas também dimensões sociais, políticas e culturais. Segundo Bruno e Caffé (2017, p. 1041), esse processo opera por meio da lógica da acumulação baseada em endividamento e capital fictício, submetendo o Estado, as políticas públicas e a vida social aos interesses do mercado financeiro:

O conceito de financeirização caracteriza a vigência de um ambiente macroeconômico onde as alocações financeiras de capital tornam-se predominantes, desestimulando as alocações diretamente produtivas. (...) Uma de suas consequências mais graves é a perda de autonomia dos Estados nacionais, seja para formular a política econômica, seja para implementar medidas necessárias ao processo de desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Dowbor (2020) amplia essa análise ao destacar que, no atual estágio do capitalismo, o poder econômico não se sustenta apenas na posse direta dos meios de produção, mas sobretudo no controle dos sistemas: redes digitais, plataformas de intermediação e fluxos financeiros globais. Como o autor observa, “não se trata mais de propriedade dos meios de produção, e sim de controle dos sistemas” (Dowbor, 2020, p. 35). Essa mudança estrutural demonstra que o domínio da informação e da infraestrutura tecnológica, articulado às finanças e à inteligência artificial, tornou-se o núcleo de acumulação do capital.

Neste cenário, os recursos públicos não se dirigem prioritariamente à produção ou à garantia de direitos, mas à especulação, consolidando uma economia financeirizada, improdutiva e disfuncional. Enquanto a carga tributária e a evasão fiscal penalizam a população, o orçamento estatal é capturado para remunerar agentes financeiros e assegurar a rentabilidade de conglomerados privados. Esse mecanismo converte-se em motor de concentração de riqueza e de captura do fundo público, subordinando as políticas sociais — entre elas, a escola pública — à lógica do rentismo e do endividamento. A privatização, portanto, não se reduz à transferência de unidades escolares à iniciativa privada, mas assume formas sofisticadas de financiar, com recursos coletivos, conglomerados que transformam a educação em mercadoria.

É nesse contexto que a digitalização da educação se apresenta como atualização do processo de financeirização e privatização. Srnicek (2018) identifica nas plataformas digitais a forma mais recente de reorganização do capitalismo, estruturando mercados em torno da coleta de dados e da intermediação algorítmica. Incorporadas ao espaço escolar, essas ferramentas deixam de ser apenas instrumentos de apoio pedagógico e tornam-se dispositivos que organizam rotinas, condicionam práticas e ampliam a penetração do capital privado sobre os recursos públicos. Trata-se de uma nova modalidade de privatização, sustentada por contratos duradouros que vinculam a gestão educacional à lógica corporativa das empresas de tecnologia.

No Paraná, que assume papel de protagonista no processo de plataformização da educação, essa dinâmica tornou-se particularmente evidente. Conforme observa Israel (2024), o Estado consolidou contratos que o colocam na vanguarda nacional da adoção de plataformas digitais, transformando-as em infraestrutura central da rede pública. A pandemia de COVID-19 acelerou esse movimento, legitimando a adesão emergencial sob o discurso da continuidade pedagógica. Na prática, entretanto, consolidou-se o redirecionamento de recursos significativos do orçamento educacional para corporações privadas, subordinando o cotidiano escolar às lógicas empresariais.

Esse quadro reforça a análise de Laval (2019) sobre a privatização do fundo público e confirma as análises de Dowbor (2020) acerca da centralidade das plataformas na nova lógica financeira. Sob baixa regulação, *Big Techs* e *EdTechs* assumem um papel de governança na educação pública, passando a definir currículos, metodologias e formas de avaliação conforme critérios corporativos. O orçamento destinado à escola, que deveria priorizar infraestrutura, valorização docente e condições de ensino, é redirecionado para sustentar a expansão de plataformas privadas que controlam o acesso ao conhecimento.

A privatização do fundo público pela via das plataformas cria uma dependência tecnológica que compromete a autonomia do Estado e das instituições escolares. Fattorelli (2013) lembra que a financeirização se alimenta de mecanismos de endividamento e dependência que perpetuam a transferência de recursos ao capital financeiro. No caso da educação, essa dependência se materializa na necessidade de renovar continuamente contratos, na obsolescência programada das tecnologias e na centralidade dos dados como ativo econômico. Assim, além de direcionar recursos, a escola pública entrega informações estratégicas de alunos e professores a corporações privadas, que transformam tais dados em mercadoria.

Do ponto de vista pedagógico, a captura do fundo público pelas plataformas significa que a qualidade educacional passa a ser regulada por parâmetros externos. Avaliações centralizadas, currículos padronizados e formações docentes mediadas por empresas privadas tornam-se expressões do controle corporativo sobre os processos escolares. A escola pública, em vez de espaço crítico e emancipador, é submetida a uma racionalidade técnica e performativa, funcional à acumulação capitalista e à reprodução das desigualdades.

Em síntese, a financeirização e a privatização do fundo público, articuladas ao capitalismo de plataformas, configuram uma nova etapa da mercantilização da escola. Esses processos, ao mesmo tempo em que asseguram a reprodução ampliada do capital por meio da intermediação digital, enfraquecem a função social da escola e esvaziam seu papel como instrumento de democratização. O caso paranaense, ao ilustrar a adoção acelerada de plataformas e a destinação de recursos públicos a corporações privadas, demonstra que a questão em jogo não é apenas tecnológica, mas política: trata-se de uma reorganização deliberada do fundo público em favor do capital.

A captura neoliberal do currículo e da avaliação

A expansão das plataformas digitais no campo educacional incide diretamente sobre dois eixos centrais do processo formativo: o currículo e a avaliação. Sob a racionalidade neoliberal e empresarial, ambos vêm sendo progressivamente redefinidos a partir de parâmetros de mensuração, eficiência e padronização. O currículo é reorganizado em torno de competências quantificáveis e comparáveis; já a avaliação, que deveria constituir-se como parte essencial do processo formativo, é progressivamente reduzida a relatórios e índices numéricos. Nesse movimento, as plataformas alteram a própria dinâmica da sala de aula, deslocando a relação entre professor e estudante, a mediação do conhecimento e o debate crítico para métricas algorítmicas que passam a orientar a prática escolar.

Luckesi (2013) ressalta que a avaliação deve ser entendida como mediação pedagógica, orientada à aprendizagem e ao diálogo com a realidade dos estudantes. Não se trata de punir ou classificar, mas de diagnosticar dificuldades, reorganizar o ensino e favorecer a formação integral. Ao confrontar essa concepção com a lógica neoliberal, observa-se a distorção do sentido formativo da avaliação, que passa a ser convertida em mecanismo de mensuração contínua e de hierarquização. A plataformização radicaliza

esse processo ao transformar relatórios de engajamento, índices de acesso e resultados algorítmicos em critérios centrais de “qualidade educacional”, esvaziando o potencial emancipador da prática avaliativa e submetendo a atividade docente a formas sutis de vigilância permanente.

Esse deslocamento se conecta à análise de Apple (1989), que mostra como currículo e práticas pedagógicas são historicamente moldados pelas necessidades do capital. Sua crítica evidencia que a escola, longe de ser neutra, opera como espaço de reprodução das desigualdades, ao mesmo tempo em que abriga contradições que podem abrir brechas para a resistência. Essa perspectiva amplia o debate sobre a plataformização: ao mesmo tempo em que as tecnologias digitais reforçam a lógica da uniformização e do controle, também explicitam as tensões em torno do papel social da escola, hoje cada vez mais pressionada a alinhar-se às demandas do mercado.

A experiência de Ravitch (2011) é particularmente significativa, pois a autora, que inicialmente apoiou políticas de responsabilização e padronização curricular nos Estados Unidos, passou a denunciá-las diante dos efeitos produzidos em larga escala. Sua análise mostra que a centralidade dos testes e dos rankings reduziu a formação escolar a um treinamento voltado para avaliações externas, esvaziando a riqueza cultural e crítica do currículo. Professores e estudantes foram transformados em executores de metas, submetidos a pressões constantes para elevar índices numéricos. O que se apresentava como política de qualidade, na verdade, fragilizou a função emancipadora da escola e restringiu a aprendizagem a competências mensuráveis. Essa crítica torna-se ainda mais atual no contexto da plataformização, que radicaliza essa lógica ao associar currículo e avaliação às métricas algorítmicas, ampliando a vigilância, a comparação e a padronização.

No Brasil, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é expressão concreta dessa captura. Utilizado como parâmetro para metas, repasses de recursos e legitimação de reformas, converte-se em ferramenta performativa que desloca o foco da prática pedagógica para a obtenção de resultados numéricos. O currículo, assim, transforma-se em objeto de adestramento para testes padronizados, esvaziando sua dimensão crítica e formativa (Freitas, 2012). A performatividade, portanto, não é apenas um efeito administrativo: converte-se em horizonte que orienta as escolas, condicionando o planejamento, a organização do trabalho docente e até as expectativas sociais sobre a educação pública.

Esse movimento se intensifica com a adoção de plataformas digitais, que, sob o discurso da inovação pedagógica, oferecem conteúdos e atividades previamente estruturados a partir de matrizes externas à escola. Em vez de favorecer a construção coletiva do conhecimento, essas ferramentas padronizam percursos formativos e condicionam professores e estudantes a uma lógica de treinamento permanente. Seus sistemas de ensino adaptativo e de monitoramento alimentam bancos de dados, constantemente analisados, reforçando a centralidade da avaliação numérica e a cultura da comparação entre alunos, turmas e escolas.

As implicações desse processo são múltiplas. O estreitamento curricular se torna evidente: aquilo que não é objeto de mensuração ou não gera indicadores de desempenho tende a perder relevância no

cotidiano escolar. Ao mesmo tempo, a autonomia docente é deslocada para segundo plano, já que o professor passa a atuar como executor de trilhas prescritas e como gestor de relatórios de engajamento. A avaliação deixa de constituir-se como um momento de mediação crítica e passa a operar como mecanismo de regulação contínua, que incide não apenas sobre os estudantes, mas também sobre os educadores, ajustando ambos às exigências de eficiência e produtividade impostas pela racionalidade neoliberal.

O efeito direto recai sobre a docência. O professor deixa de ser protagonista na definição dos conteúdos e métodos, passando a mediar percursos já prescritos pelas plataformas. A avaliação, em vez de orientar aprendizagens e abrir possibilidades formativas, converte-se em instrumento de controle permanente. Como observa Ball (2003), a performatividade passa a estruturar as práticas escolares, deslocando o valor da educação para a demonstração de resultados visíveis, ainda que estes não expressem a complexidade do processo formativo.

Os impactos desse processo revelam uma transformação estrutural na forma de organizar o ensino e avaliar a aprendizagem. O currículo é reduzido a competências instrumentais, afastando-se de sua dimensão cultural e humanizadora. A avaliação, transformada em mecanismo de comparação e ranqueamento, reforça a individualização do sucesso e do fracasso, obscurecendo as determinações sociais que atravessam a escola pública. Em lugar de uma educação crítica e socialmente referenciada, consolida-se uma pedagogia tecnicista, ajustada às demandas do mercado e aos interesses corporativos.

No Paraná, esse quadro vem sendo legitimado pelo discurso da modernização e da inovação, que oculta as contradições inerentes à plataformização. A dependência tecnológica, a opacidade dos contratos e a imposição de métricas de desempenho evidenciam que a noção de qualidade educacional é redefinida segundo parâmetros externos. Prevalece, assim, uma concepção estreita de qualidade, medida por índices e rankings, em detrimento de sua função formativa e crítica.

A captura do currículo e da avaliação pelo neoliberalismo, intensificada pela plataformização, expressa um deslocamento profundo no papel da escola pública. Ao reduzir a educação à performatividade e à mensuração, fragiliza-se sua função emancipadora e consolida-se a governança corporativa sobre os processos pedagógicos. Mais do que um avanço técnico, ela deve ser compreendida como fenômeno político que redefine os sentidos da educação e impõe sérios desafios à sua dimensão pública.

A docência sob vigilância: padronização e perda de autonomia

O processo de plataformização da educação pública no Paraná tem produzido transformações no trabalho docente. A introdução massiva de ferramentas digitais incorporadas ao portal Escola Digital da SEED-PR (Paraná, [2025]) e tornadas obrigatórias no cotidiano escolar, ainda que divulgadas como aliadas do processo de ensino-aprendizagem, instituem, na prática, um regime de controle e vigilância sobre o trabalho pedagógico. O processo de ensino e aprendizagem passa a ser submetido a um neotecnicismo de matriz behaviorista, em que a mediação crítica cede lugar a protocolos de treinamento e monitoramento permanentes (Israel, 2024).

A imposição de metas de uso das plataformas é um exemplo concreto desse processo. Segundo denúncias da APP-Sindicato, professores têm sido pressionados a utilizar os recursos digitais em determinadas proporções de suas aulas, sob pena de responsabilização pela “não adesão” às políticas em vigor. Nos documentos da entidade, destaca-se que a utilização das ferramentas deixou de ser apresentada como possibilidade pedagógica para configurar-se como obrigação administrativa, vinculada às diretrizes da SEED-PR.

Esse entendimento foi reforçado na carta publicada em 12 de junho de 2025, no âmbito do Movimento Plataforma Zero, na qual o sindicato denuncia a prática de assédio institucional por parte da SEED-PR e de seus representantes nos Núcleos Regionais de Educação, além de relatar casos de adoecimento docente vinculados às cobranças de metas digitais. Nessa perspectiva, a APP-Sindicato afirma que a defesa da autonomia pedagógica é inseparável da luta pela escola pública como espaço democrático e formativo (APP-Sindicato, 2025).

Esse quadro revela que a docência passa a ser regulada por parâmetros externos, definidos não pela comunidade escolar ou pela realidade concreta da sala de aula, mas por acordos firmados no âmbito da gestão público-privada. Em vez de construir coletivamente o processo pedagógico, professores se veem submetidos a normas estabelecidas fora do espaço escolar, que prescrevem não apenas os conteúdos, mas também os modos de ensinar e avaliar. Trata-se de uma reorganização estrutural da prática docente, em que a autonomia profissional é reduzida a mero cumprimento de protocolos, esvaziando a dimensão crítica e criadora do trabalho educativo.

Quando a lógica mercadológica orienta a educação, a formação humana omnilateral dá lugar a um processo de adaptação funcional às exigências do capital. Em paralelo, a difusão de avaliações padronizadas e de tecnologias digitais intensifica esse movimento, convertendo a docência em uma atividade cada vez mais instrumental. O professor, em vez de agir como mediador do conhecimento, passa a executar percursos previamente configurados, controlados por sistemas que prescrevem conteúdos, metodologias e ritmos de aprendizagem. Assim, a docência é esvaziada de sua potência emancipadora e submetida a uma lógica de eficiência e produtividade.

Esse processo se insere em um movimento global de reorganização da educação sob o capitalismo digital. Cada interação realizada nas plataformas é capturada e convertida em valor econômico. Mais do que oferecer serviços, esses sistemas instauram um “poder instrumentário”, que não apenas monitora, mas busca prever e modificar condutas por meio da captura massiva de dados. No caso da docência, isso significa que o professor não é apenas observado em relatórios de acesso ou engajamento, mas progressivamente moldado por algoritmos que prescrevem conteúdos, metodologias e ritmos de trabalho. Mais do que restringir a liberdade pedagógica, esse poder retira dos docentes a possibilidade de decidir sobre o próprio exercício profissional, transformando sua experiência em matéria-prima para experimentações corporativas.

No Paraná, o caso ganha contornos ainda mais evidentes no discurso oficial da SEED-PR, que tem associado a adesão às plataformas digitais à retórica da inovação e à busca por melhores índices educacionais, como o Ideb. Na prática, entretanto, os efeitos recaem diretamente sobre os professores, que veem sua atividade pedagógica cada vez mais condicionada por protocolos externos e metas digitais. A consequência direta é a produção de um sujeito docente submetido a um duplo processo de precarização: de um lado, pela intensificação do trabalho e pela pressão por resultados; de outro, pela perda de protagonismo na definição dos rumos do ensino.

Assim, a docência sob vigilância não pode ser compreendida de forma isolada, mas como desdobramento direto da captura neoliberal do currículo e da avaliação. Se, de um lado, a plataformização redefine os conteúdos e as formas de mensurar a aprendizagem, de outro, submete o trabalho docente a protocolos rígidos de controle e padronização. O professor, que deveria ser sujeito criador e mediador do conhecimento, vê-se reduzido a executor de metas digitais, operando em sintonia com relatórios e indicadores que espelham interesses externos à escola. Essa articulação evidencia que a perda da autonomia docente e a reconfiguração curricular são faces de um mesmo processo de mercantilização da educação, no qual a lógica empresarial se sobrepõe à função emancipadora da escola pública.

PERFORMATIVIDADE E QUALIDADE EDUCACIONAL

O debate sobre a qualidade da educação tem sido progressivamente capturado por uma lógica performativa, orientada por métricas, rankings e indicadores que reduzem o processo formativo a resultados quantificáveis. A plataformização da educação intensifica esse movimento, uma vez que os sistemas digitais operam em tempo real, permitindo o monitoramento constante do desempenho de alunos, professores e escolas. Desse modo, a qualidade deixa de ser concebida em termos de formação humana crítica e integral, assumindo contornos de produtividade, eficiência e resultados mensuráveis.

As avaliações externas são elementos-chave no funcionamento da cultura da performatividade. Ao produzir indicadores e rankings — como o Ideb, analisado na seção anterior —, elas alimentam um regime de *accountability* que exige evidências mensuráveis de eficácia. Ball (2003, p. 215) afirma: “[...] a performatividade é um novo modo de regulação estatal que torna possível governar de forma ‘liberal avançada’. Ela exige que os profissionais individuais se organizem em resposta a metas, indicadores e avaliações” (tradução nossa). Sob essa lógica, avaliações deixam de ser instrumentos diagnósticos e assumem função de controle, legitimando políticas e moldando o trabalho docente a partir do que é mensurável.

Mais adiante, Ball (2003) aprofunda a análise ao destacar que a performatividade não se reduz a uma técnica de gestão, mas constitui uma cultura que afeta a subjetividade docente e o próprio *ethos* escolar. Nessa perspectiva, o valor do “bom professor” ou da “boa escola” não decorre da riqueza pedagógica de seus processos, mas da capacidade de apresentar resultados visíveis e comparáveis. Trata-se de uma lógica afinada ao ideário neoliberal e meritocrático, que redefine a qualidade em termos de

competição, individualização e eficiência, deslocando o foco da formação crítica para a produção incessante de indicadores de sucesso.

No Brasil, essa lógica encontra sua expressão mais consolidada no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2007 como principal instrumento de avaliação da educação básica. O Ideb tornou-se referência para a formulação de políticas, o repasse de recursos e a própria avaliação do trabalho docente e da gestão escolar. Embora apresentado como ferramenta de diagnóstico, na prática o índice passou a funcionar como mecanismo de regulação, condicionando currículos e práticas pedagógicas à obtenção de melhores resultados. Ravitch (2011) adverte que em lugar de melhorar a qualidade da educação, tais políticas estreitam o currículo, reduzem a autonomia docente e transformam a escola em espaço de treinamento para provas:

Escores mais elevados nos testes podem ou não ser indicadores confiáveis de uma melhor educação. A ênfase demasiada nos escores e a exclusão de outros objetivos importantes da educação pode na verdade sabotar o amor pela aprendizagem e o desejo de adquirir conhecimento, ambos ingredientes necessários da motivação intrínseca. [...] E então nós podemos descobrir que obtivemos um resultado paradoxal e terrível: escores mais altos e uma educação pior. (Ravitch, 2011, p.256)

A plataformização intensifica esse processo ao oferecer conteúdos prontos e roteiros de aprendizagem previamente configurados, que se alinham às demandas de padronização. O currículo, passa a ser mediado por empresas privadas que definem o que deve ser ensinado, em qual ordem e em qual ritmo, sob a justificativa de garantir melhores desempenhos. Assim, o professor perde espaço para a mediação crítica, e a educação é moldada a partir de um ideal de qualidade compatível com a racionalidade do mercado.

Do ponto de vista político, essa lógica reforça a privatização do fundo público. Ao contratar plataformas que produzem dados e indicadores, o Estado transfere a definição do que é “qualidade” para corporações que operam sob interesses econômicos, e não pedagógicos. Como observa Laval (2019), trata-se da consolidação de uma governança empresarial da educação, em que o setor privado passa a ditar as regras do jogo educacional, sob a justificativa de modernização e eficiência. Os contratos firmados com grandes empresas incluem, entre suas cláusulas, a geração de relatórios de desempenho, que passam a orientar políticas de formação docente, avaliação de alunos e estratégias de gestão escolar. A performatividade, assim, não é apenas um efeito colateral da plataformização, mas seu objetivo central: criar um regime de controle baseado em dados que legitima a ação do Estado como gestor e regulador, ao mesmo tempo em que desloca para professores e alunos a responsabilidade pelos resultados obtidos.

Em síntese, a performatividade constitui um dos eixos estruturantes da plataformização da educação. Ao redefinir a qualidade como sinônimo de desempenho mensurável, ela reforça a lógica neoliberal de responsabilização individual, padroniza currículos e metodologias e fragiliza a função crítica da escola pública. A promessa de eficiência e modernização esconde, portanto, um projeto político de

despolitização da educação, no qual a escola deixa de ser espaço de emancipação para se converter em engrenagem de um sistema voltado à reprodução da lógica capitalista.

Plataformização e o esvaziamento da função social da escola

A função social da escola pública no Brasil, sobretudo a partir dos anos de 1980, historicamente, esteve vinculada à democratização do conhecimento científico, artístico e filosófico, entendido como patrimônio universal da humanidade. Saviani (2018) considera que a escola deve garantir o acesso dos filhos da classe trabalhadora ao saber sistematizado, condição essencial para que possam compreender criticamente a realidade e atuar em sua transformação.

O processo de desumanização não reside na tecnologia em si, mas em sua apropriação acrítica, orientada por lógicas mercadológicas e eficientistas que desconsideram a complexidade do fenômeno educativo. A formação integral dos estudantes, objetivo fundamental da educação em uma perspectiva humanizadora, demanda relações interpessoais autênticas.

A plataformização ameaça esse horizonte, ao entregar a gestão de conteúdos, metodologias e avaliações às empresas privadas ligadas às *Big Techs* em que a escola deixa de ser espaço de formação crítica e se converte em engrenagem de treinamento orientada por algoritmos e métricas. Chauí (2020, p. 312) é enfática: “o neoliberalismo é o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses de mercado.” O efeito é claro: a escola perde densidade política, torna-se mero meio de adaptação às exigências do mercado.

Van Dijk, Poell e De Waal (2018, p. 57, tradução nossa) aprofundam esse alerta ao analisar a educação como bem comum, base histórica das democracias. Para eles, a escola e a universidade são instituições que se erguem sobre valores públicos, e não sobre lógicas mercadológicas. Como afirmam:

A educação pública tem sido, há muito tempo, um dos bens comuns mais preciosos e a espinha dorsal das democracias ocidentais — uma espinha dorsal sustentada por instituições independentes como escolas e universidades, que empregavam professores responsáveis por decidir autonomamente o currículo de seus alunos. Esses currículos estavam enraizados em valores públicos, como o ideal da *Bildung* — formar crianças não apenas para serem trabalhadores qualificados, mas cidadãos conscientes — e a igualdade — garantir a cada criança o acesso a uma educação acessível.

Essa formulação explicita o que está em jogo: a substituição dos valores públicos que sustentaram historicamente a escola — igualdade, cidadania, emancipação — por valores privados inscritos na arquitetura das plataformas. A plataformização, assim, não é simples modernização tecnológica, mas deslocamento da governança da educação para corporações que visam o lucro, esvaziando a escola de sua função social crítica.

O avanço da plataformização na rede estadual de ensino do Paraná vem produzindo impactos no trabalho docente, na aprendizagem e nas dimensões política, econômica e ideológica que atravessam as escolas públicas. A cobrança de metas abusivas e a falta de infraestrutura adequada para o uso de plataformas digitais estão entre os principais problemas identificados. Dados da pesquisa encomendada

pela APP-Sindicato, intitulada “*Plataformização da Educação*”, evidenciam a enorme distância entre as exigências da SEED e a realidade vivida nas escolas.³

A rigor, pode-se considerar que a tecnologia não é neutra. Historicamente, inovações tecnológicas não beneficiaram toda a sociedade, mas reforçaram a exploração e a concentração de riqueza. Com a plataformação, não é diferente. Em vez de liberar a humanidade do trabalho repetitivo e melhorar a condição humana, ela vem expulsando homens e mulheres de postos de trabalho, aumentando o controle e a vigilância contra os trabalhadores, e acumulando ainda mais lucro nas mãos dos donos das grandes empresas, ou seja, as gigantes das tecnologias, conhecidas como *Big Techs*.

No âmbito da educação básica, a precarização do trabalho do professor e o esvaziamento acerca do papel da escola e aumento da vulnerabilidade dos profissionais da educação, são consequências deste cenário, levando trabalhadores a aceitarem condições de trabalho cada vez mais precárias por medo de perder seus empregos. No âmbito das políticas educacionais recentes, vê-se uma crescente narrativa da SEED/PR pelo fetichismo da inovação tecnológica no sentido da implementação de políticas que incluam a tecnologia, sob a justificativa que tal ação produziria uma significativa melhoria na educação.

Entretanto, os relatos registrados no levantamento realizado pela APP-Sindicato apontam para a relação entre as carências estruturais, a sobrecarga de trabalho e o adoecimento da categoria docente, intensificando a burocratização do processo pedagógico, que passa a monitorar, dia a dia, as atividades desenvolvidas pelos(as) docentes por meio do número de acessos às plataformas. Esses profissionais atuam sob a ameaça permanente de não cumprir as metas impostas pela Secretaria da Educação. A imposição de resultados e a obrigatoriedade do uso de plataformas atentam contra a autonomia pedagógica e mantêm a comunidade escolar refém dessas ferramentas. Turmas com mais de 40 alunos dividindo 20 computadores, sistema elétrico precário, conexão instável e graves deficiências estruturais acirram os desafios enfrentados pelos(as) professores(as) diante da plataformação da educação no Paraná.

O levantamento ainda indica que 72,3% dos(as) educadores(as) questionados afirmam que suas escolas não têm equipamentos em quantidade suficiente no laboratório de informática para atender às metas de uso estabelecidas pela Secretaria da Educação. Já 70,7% dizem que a qualidade da conexão e o acesso à Internet não são adequados para cumprir as exigências.

Para a maior parte dos educadores (67%), os estudantes apresentam dificuldades em utilizar as plataformas digitais, e a maioria declara sentir-se obrigada a incorporá-las em sua rotina de trabalho. Mais de um terço dos docentes afirma estar ocorrendo assédio moral e abuso de autoridade na cobrança pelo uso dessas ferramentas. Cerca de três quartos relatam sentir ou perceber em colegas impactos físicos ou mentais decorrentes da utilização das plataformas. Além disso, 90% manifestaram concordância com a ideia de que o uso das plataformas nas escolas deveria ser opcional, e não obrigatório. As ferramentas mais

³ A pesquisa “*Plataformização da Educação*” foi realizada entre os dias 28 de junho e 7 de julho de 2023, com 300 professores(as), pedagogos(as) e diretores(as) da ativa sindicalizados(as) à APP. A amostra é representativa por região do estado, sexo e faixa etária e a abordagem foi conduzida por ligações telefônicas. O estudo foi contratado pela APP-Sindicato. A Secretaria Educacional da APP trabalhou em conjunto com os(as) cientistas sociais do Instituto para desenvolver o questionário, que incluía perguntas abertas e estimuladas. Para completar as 300 entrevistas, que somaram mais de 100 horas de gravação, cerca de 6 mil educadores(as) foram contatados. A margem de erro é de 5,9% com intervalo de confiança de 95%.

utilizadas são: Desafio Paraná (*Quizizz*), com 24,3%; Redação Paraná, com 17,8%; Matemática Paraná (*Matific*), com 12,9%; e Leia Paraná, com 10,2% (APP-Sindicato, 2023a, 2023b, 2023c).

No Brasil, o discurso de modernização e inclusão digital tem servido como pretexto para legitimar esse processo. A retórica da inovação apresenta as plataformas como solução inevitável, enquanto encobre seus efeitos: responsabilização individual, precarização do trabalho docente e fragilização da educação como direito social (Freitas, 2018). A escola passa a ser tratada como unidade produtiva, responsável por gerar números capazes de comprovar eficiência em avaliações externas, e não como espaço de formação integral. O Paraná constitui um caso emblemático.

Durante a pandemia, houve uma integração de plataformas no portal Escola Digital (Paraná, [2025]), transformando-as em infraestrutura central da rede. Esses sistemas oferecem conteúdos prontos, relatórios de desempenho e mecanismos de gestão que reorganizam o cotidiano escolar. Professores relataram pressões por adesão às ferramentas, enquanto o APP-Sindicato denunciou a perda de autonomia docente e a transformação da escola em espaço de cumprimento de metas. A SEED-PR, em contrapartida, insistia na retórica da inovação, mas deixava de debater os impactos pedagógicos e políticos da dependência de empresas privadas.

O *layout* apresentado pela SEED-PR para divulgação das plataformas educacionais transmite a impressão de que se trata de iniciativas autônomas do Estado, desvinculadas das *EdTechs* ou de grandes *Big Techs*. A padronização dos logotipos sob a marca “Paraná” reforça uma identidade pública e estatal, apagando as relações de dependência tecnológica e os contratos estabelecidos com empresas privadas. Nesse processo, vínculos com corporações são invisibilizados, como ocorre, por exemplo, no Matemática Paraná – *Khan Academy*, Matemática Paraná – *Matific* e Desafio Paraná – *Quizizz* (*Wayground*).

As consequências são conhecidas, isto é, o fundo público que deveria financiar a valorização docente e a melhoria da infraestrutura escolar é redirecionado para contratos com corporações transnacionais. O ensino crítico e humanizador dá lugar a uma educação tecnicista, pautada em resultados imediatos e em competências adaptáveis ao mercado. Em vez de estimular consciência de classe, solidariedade e cidadania, a escola reforça competitividade, meritocracia e empreendedorismo — valores centrais da racionalidade neoliberal.

Contudo, a escola básica pública não é apenas objeto passivo desse processo. Ela continua sendo espaço de disputa. Saviani (2018) já advertia: a educação nunca é neutra; pode servir à reprodução da ordem ou à sua superação. É nesse terreno contraditório que surgem práticas críticas capazes de resistir ao esvaziamento imposto pelas plataformas. Freitas (2018) observa que os professores têm papel central nessa resistência: ao insistirem em práticas voltadas à formação integral, desafiam a lógica da performatividade e da mercantilização.

O APP-Sindicato, no Paraná, tem sido ator decisivo desde a implementação das plataformas digitais, denunciando publicamente a perda de autonomia docente, a imposição de metas e a precarização do trabalho. Por meio de assembleias, mobilizações e debates, a entidade busca dar visibilidade às

contradições da plataformização e pressionar o poder público. Trata-se de uma resistência coletiva que reafirma a escola como espaço de luta política.

Há, ainda, resistências cotidianas, silenciosas, mas significativas. Muitos professores, mesmo sob pressão para seguir roteiros padronizados, reapropriam-se criticamente das plataformas digitais: inserem conteúdos fora da lógica prescrita, promovem o debate político e tensionam as narrativas hegemônicas. Saviani (2013a) argumenta que o currículo deve ser compreendido como expressão das contradições sociais e mediação fundamental entre o saber sistematizado e a prática social. Ao organizar o currículo com base nos conhecimentos historicamente elaborados, a escola contribui para formar sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade e nela intervir. Essas práticas, embora localizadas, abrem fissuras no projeto de homogeneização neoliberal.

As disputas atravessam todos os níveis. No plano macro, o embate ocorre entre Estado e corporações, em torno do financiamento e da governança da educação. No plano meso, redes de ensino e sindicatos lutam por autonomia, financiamento e valorização. No plano micro, professores e estudantes resistem no cotidiano da sala de aula. Como observa Gramsci (2002), toda hegemonia é permeada por contra hegemonias. É nesse espaço de tensão que surgem alternativas.

CONCLUSÕES

Em face do exposto, a análise examinou a plataformização da educação, que não pode ser compreendida como simples resultado do avanço tecnológico, mas como expressão concreta da racionalidade neoliberal e do capitalismo digital. Mais do que ferramentas pedagógicas, as plataformas digitais operam como dispositivos de governança corporativa que reconfiguram a escola pública, subordinando-a às lógicas da financeirização, da padronização e da performatividade.

Entre as principais implicações, ressalta-se que a plataformização ameaça a função social da escola, no que diz respeito à implementação dos currículos, avaliações e metodologias, fragilizando a autonomia docente e deslocando recursos do fundo público para corporações. O estudo do Paraná, tomado como recorte empírico, mostrou que a adoção acelerada de plataformas, intensificada pela pandemia de COVID-19, consolidou um modelo de gestão educacional orientado por parâmetros empresariais, que redefine o papel do Estado e condiciona o cotidiano escolar a métricas e indicadores de desempenho.

Ainda que a plataformização represente uma ameaça concreta à função social da escola, ela não avança sem contestação. As disputas em torno da escola pública demonstram que é possível construir projetos educativos que resgatem a centralidade do conhecimento, a formação crítica e a emancipação dos sujeitos. Defender a escola pública, gratuita, laica e socialmente referenciada significa mais que resistir: implica produzir alternativas que desafiem a hegemonia neoliberal e reafirmem a escola como bem comum. São essas lutas — sindicais, docentes, acadêmicas e sociais — que mantêm viva a possibilidade de uma educação comprometida com a emancipação humana e com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Procura-se evidenciar que esse processo não se impõe sem resistências. As mobilizações de sindicatos, a atuação docente e as práticas pedagógicas críticas apontam que a escola pública continua sendo um espaço de luta, no qual se confrontam projetos antagônicos de educação. Essa tensão revela a necessidade de se compreender a educação como campo contraditório: lugar tanto de estratégias de mercantilização quanto de práticas que buscam preservar sua dimensão emancipadora.

Entre as limitações deste estudo, reconhece-se o recorte temporal (2019-2024) e o foco em uma única rede estadual, o que sugere a necessidade de pesquisas futuras que ampliem a análise para outras regiões e contemplem comparações internacionais. Além disso, investigações mais aprofundadas sobre os impactos pedagógicos da plataformização no cotidiano da sala de aula, a partir de relatos docentes e discentes, podem enriquecer a compreensão desse fenômeno. Cabe ressaltar, ainda, que este artigo integra uma pesquisa de doutorado em andamento e, portanto, apresenta resultados preliminares, que serão aprofundados em etapas posteriores da investigação.

Ao substituir a mediação pedagógica pelo controle algorítmico e pela personalização da aprendizagem, a plataformização contribui para o esvaziamento do conhecimento científico e para que a escola se restrinja a um espaço de treinamento tecnicista voltado para a adaptação ao mercado. Dessa forma, compreender os desafios impostos à educação pública requer uma análise crítica das estruturas políticas e econômicas que sustentam esse processo, bem como uma reflexão sobre suas consequências para a formação dos sujeitos e para a função social da escola.

A pandemia acentuou e escancarou as mazelas da sociedade capitalista, que frente a essa tragédia humanitária, mostrou o poder nefasto da ideologia burguesa na subjetividade da classe trabalhadora que se materializa na submissão e na reprodução alienada da sociabilidade compelida ao jugo do capital.

Pode-se considerar que as plataformas educacionais não vêm cumprindo seu papel de desenvolvimento da aprendizagem e muito menos da diminuição do trabalho docente e pedagógico nas escolas. A rigor, esta narrativa fragiliza a escola pública naquilo que lhe é mais essencial, isto é, a transmissão dos conhecimentos científicos, culturais e filosóficos como patrimônio da humanidade, conforme preconizam Saviani (2018) e Duarte (2018). Em tempos de negação ao conhecimento científico, intensificação da desigualdade social, ataques à democracia, apologia à violência, entre tantas outras nocividades que assolam, cabe aqui a expressão utilizada por Duarte (2018) para caracterizar esse contexto: estamos vivendo um período de “obscurantismo beligerante”.

Por fim, pode-se, ainda, considerar que o presente artigo contribui ao reafirmar que a plataformização não é inevitável nem neutra: é resultado de escolhas políticas e econômicas que expressam interesses de classe e disputas hegemônicas. Ao situar o caso paranaense no contexto mais amplo das transformações globais do capitalismo digital, evidencia-se a urgência de políticas públicas que fortaleçam a soberania digital, a proteção dos dados educacionais e a valorização da autonomia pedagógica. Frente ao avanço das *Big Techs* e à captura da educação pelos interesses privados, torna-se cada vez mais necessário

defender a escola pública como direito universal, espaço de formação integral e instrumento de emancipação social.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGE/Unioeste).

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

APP-SINDICATO. **Atos da APP-Sindicato pressionam Seed a discutir revisão das políticas de adoecimento e assédio nas escolas**. Curitiba: APP-Sindicato, 12 jun. 2025. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/atos-da-app-sindicato-pressionam-seed-a-discutir-revisao-das-politicas-de-adoecimento-e-assedio-nas-escolas/>. Acesso em: 8 set. 2025.

APP-SINDICATO. **Pesquisa "Plataformização da Educação": percepção dos professores(as) sobre a plataformização da educação no Estado do Paraná - Parte I**. 2023a. Disponível em: https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Pesquisa_Plataformas_Parte_I.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.

APP-SINDICATO. **Percepção dos(as) professores(as) sobre a plataformização da educação no Estado do Paraná - Parte II**, 2023b. Aprendizado e autonomia. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2023/08/PesquisaPlataformizacaoPartell.pdf>. Acesso em: 06 jun.2025.

APP-SINDICATO. **Percepção dos professores sobre a plataformização da educação no Estado do Paraná - Parte III**, 2023c. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2023/08/PesquisaPlataformasPartelll.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BALL, Stephen J. The teacher's soul and the terrors of performativity. *Journal of Education Policy*, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 215-228, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1080/0268093022000043065>. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Stephen-Ball-14/publication/232916965_The_Teacher%27s_Soul_and_the_Terrors_of_Perfomativity/links/543b81b10cf24a6ddb977693/The-Teachers-Soul-and-the-Terrors-of-Perfomativity.pdf. Acesso em: 05 jun. 2025.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

BRUNO, Miguel; CAFFÉ, Ricardo. Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. especial, p. 1025–1062, dez. 2017. DOI: 10.1590/1982-3533.2017v26n4art8. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n4art8>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/cMqwL9wPX9kndtKJyC4fWSM/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2026.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CHAUÍ, Marilena. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e Irrupción: Revista de Teoría y Filosofía Política Clásica y Moderna**, Buenos Aires, v. 10, n. 18, p. 307-328, mayo/oct. 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7456781>. Acesso em: 10 set. 2024.

- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca**: novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.
- DUARTE, Newton. O currículo em tempos de obscurantismo beligerante. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 139-145, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2018v11n2.39568>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330101760_O_CURRICULO_EM_TEMPOS_DE_OBSCURANTISMO_BELIGERANTE. Acesso em: 10 fev. 2026.
- FATTORELLI, Maria Lucia. **Auditoria da dívida**: experiências e métodos. São Paulo: Inove, 2013.
- FREIRE, Paulo. A máquina está a serviço de quem? **Revista BITS**, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 6, maio, 1984. Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/items/56acda0f-3ad1-4bc4-84f7-090001dc07f7/full>. Acesso em: 07 set. 2024.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000200004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2025.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 2. Cadernos 10, 11, 12 e 13.
- HAN, Byung-Chul. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.
- ISRAEL, Carolina Batista. Plataformização do ensino no Paraná: A privatização via neoliberalismo digital. In: DENEZ, Cleiton Costa; CHILANTE, Edinéia Fátima Navarro; RIBEIRO, Jussara Aparecida; NEVES, Marcia Aparecida de Oliveira (Org.). **NÃO venda a minha escola**: política educacional paranaense: a transformação da escola pública em mercadoria: coletânea de textos para debate. Paranaíba: Unespar, 2024. p. 15-19. *E-book*. Disponível em: https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Caderno_textos_debates_Programa_Formacao.pdf. Acesso em: 10 fev. 2026.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudo e proposições. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. *E-book*.
- MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: UBU, 2018.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Escola Digital Paraná**, [2025]. Disponível em: <https://escoladigital.pr.gov.br>. Acesso em: 01 set. 2025.
- RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013a.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica, a luta de classes e a educação escolar. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, dez 2013b. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v5i2.9697>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9697>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SELWYN, N. Educação e Tecnologia: questões críticas. In: FERREIRA, Giselle Martins dos Santos; ROSADO, Luiz Alexandre da Silva; CARVALHO, Jaciara de Sá (Orgs.). **Educação e tecnologia: abordagens críticas**. Rio de Janeiro: SESES, 2017. DOI: <https://doi.org/10.31235/osf.io/6hr5b>.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataformas**. 1. ed. Buenos Aires: Caja Negra, 2018. Disponível em: <http://catedra.javierbalcaza.com.ar/textos/Capitalismo%20de%20Plataforma-Nick%20Srnicek.pdf>. Acesso em: 12 de jul. 2023.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; WAAL, Martijn de. **The platform society: public values in a connective world**. New York: Oxford University Press, 2018. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/444452782/The-Platform-Society-Public-Values-in-a-Connective-World-Oxford-University-Press-USA-2018-ose-van-Dijck-Thomas-Poell-Martijn-de-Waal>. Acesso em: 10 set. 2024.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021. Disponível em: <https://extremidades.art/x/christinemello/wp-content/uploads/sites/3/2023/08/A-Era-do-Capitalismo-de-Vigilancia-Shoshana-Zuboff.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

Submetido: 30/09/2025

Correções: 24/11/2025

Aceite Final: 09/02/2026